

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.989 - SP
(2018/0255710-1)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : ANTONIO VIANNA NETTO
EMBARGANTE : MARIA DE CARVALHO VIANNA
ADVOGADOS : MARCELO GOMES FAIM - SP151615
JOÃO RAFAEL SANCHEZ PEREZ E OUTRO(S) - SP236390
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL
INTERES. : JOSE SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : NILCE SILVESTRE RODRIGUES
ADVOGADO : MASSAO RIBEIRO MATUDA - SP103409

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. ALEGADA INFRINGÊNCIA À LEI 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO) NO APELO NOBRE. OMISSÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356, AMBAS DO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS, APENAS PARA ESCLARECER A APONTADA OMISSÃO.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MARIA DE CARVALHO VIANNA E OUTRO contra decisão de fls. 415/423, ementada nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO DO BEM POSTERIOR À CITAÇÃO DO DEVEDOR. FRAUDE À EXECUÇÃO CARACTERIZADA. ART. 185 DO CTN. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO CONSILIUM FRAUDIS (RESP 1.141.990/PR, JULGADO SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

2. Aponta a parte embargante omissão no *decisum* embargado, por não ter apreciado a questão relativa à infringência à Lei 10741/2003 (Estatuto do Idoso). Evidentemente, o Estatuto do Idoso também constitui-se em Lei Especial, cuja infringência foi demonstrada, porém, como dito, não apreciada, que poderia mitigar a presunção objetiva do artigo 185 do CTN (fls. 428).

3. A parte embargada não apresentou Impugnação.

4. É o relatório.

5. Não é demais lembrar que os Embargos de Declaração são modalidade recursal de integração e objetivam sanar obscuridade, contradição ou omissão, de maneira a permitir o exato conhecimento do teor do julgado. Eles não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo.

6. De fato, no caso em apreço, verifica-se a apontada omissão, porquanto não houve menção expressa a respeito da pretensão deduzida no Recurso Especial da parte embargante, no que toca ao Estatuto do Idoso, *que poderia mitigar a presunção objetiva do art. 185 do CTN*.

7. Todavia, no que tange à alegação de violação da Lei 10.741/2003, constata-se que não houve prequestionamento da matéria objeto do Apelo, pois o Tribunal de origem não a apreciou em momento algum questões relacionadas ao Estatuto do Idoso.

8. Ademais, a parte recorrente sequer opôs Embargos de Declaração com o objetivo de sanar eventual omissão. O tema carece, portanto, do indispensável prequestionamento, requisito fundamental para o acesso às instâncias excepcionais. Aplicáveis, assim, as Súmulas 282 e 356 do STF.

9. Ante o exposto, acolhem-se os Embargos de Declaração opostos por MARIA DE CARVALHO VIANNA E OUTRO, sem efeitos modificativos, apenas para acrescer à decisão embargada as considerações acima.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

